



Seixas
\$

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VENDA DO PINHEIRO

ACTA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA – 23/04/2013

Aos vinte e três dias do mês de Abril de dois mil e treze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre desta Junta de Freguesia (JF), reuniu esta Assembleia, encontrando-se presentes treze elementos, a saber:

Alexandre Luís Howell de Almeida de Seixas (P.S.),

Ana Paula Nunes Moreira (P.S.D.),

Cesaltina Porfírio Pereira Oliveira (P.S.),

César Silva Fernandes (P.S.D.),

Frederico Manuel Capitão Pedrosa (P.S.D.),

João Paulo Carvalho da Fonseca (P.S.),

Jorge Manuel Carrilho Jesus (C.D.S./P.P.),

José Manuel Antunes da Graça (P.S.),

Paulo José Póvoa (P.S.D.),

Pedro Machado (C.D.U.) e, em substituição:

Ana Silva, substituindo Alexandre Manuel Martins Branco (P.S.D.),

Carlos Gregório, substituindo Maria Leonor Cotrim (P.S.D.), e

Paulo Courela, apresentando-se pelas 21:15 para substituir Célia da Conceição Ricardo Carreira Matias Simões (P.S.) enquanto 2.ª Secretária nesta Mesa.

Procedeu-se à gravação integral dos trabalhos, pelo que na presente Acta apenas constam os respectivos tópicos.

Cumprimentando e lendo a Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu início à Sessão, começando pelo Período de Intervenção do Público; perante a ausência de qualquer elemento, passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia, com a leitura da Acta da Sessão Ordinária de 17-12-2012 a qual, votada, foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa da Assembleia, senhor Alexandre Seixas, referindo a recente comemoração do Dia Internacional do Livro, propõe-se ler um poema de Sofia de Mello Breyner alusivo à ocasião, intitulado "O 25 de Abril", que fez, após o que passou a palavra à Assembleia.

O senhor José Graça (P.S.) procedeu à leitura de uma Declaração da sua Bancada sobre o aniversário da Revolução do 25 de Abril, versando o que foi a grande expectativa que o povo português de então tinha, documento este que se junta à presente Acta.

O senhor Pedro Machado (C.D.U.) também apresentou e leu um texto, com referência ao Camarada Freitas, sobre aquela Revolução.

O senhor Jorge Jesus (C.D.S./P.P.) lembrou, por referência a uma anterior Sessão Extraordinária desta Assembleia acerca do despedimento e readmissão de três funcionários desta Junta de Freguesia, pretendendo saber da actual situação dos mesmos; quanto à vitrina quebrada a que se havia referido na Sessão anterior, informou manter-se no mesmo estado, lastimando que nunca tenha sido satisfeita nenhuma das situações que tem aqui denunciado; lamenta ainda ter tentado fazer alguma coisa, exemplificando com a sua proposta de organização de caminhadas que nunca foram feitas, e que quando final-

✱ *Shirley*

mente organizaram uma, ninguém se lembrou de o convidar; mais refere nunca ter sentido sequer que tenham pedido a sua ajuda para o que quer que fosse.

O senhor José Graça (P.S.) retomou a palavra, referindo que a sua Bancada não pode deixar de voltar a falar sobre a placa existente neste edifício contendo ainda o prefixo de "Dr." antes do nome de Miguel Relvas, situação que continua por corrigir sendo que neste momento o próprio Governo tem no seu "site" a decisão, tomada após averiguação da validade da "licenciatura" em causa, da declaração de nulidade da avaliação daquele cidadão; reputando de inactivo o Executivo, recomenda uma vez mais que este retire aquele prefixo. Pergunta ainda ao Executivo qual o seu conhecimento da periodicidade com que a Tratolixo faz a recolha dos resíduos diferenciados nesta Freguesia, exemplificando ter contado dezassete dias de intervalo nessa recolha na Estrada das Ervideiras, recordando que todos pagamos uma taxa de saneamento, fazendo os cidadãos a separação do lixo, baqueando depois o processo com a inoperacionalidade na sua recolha diferenciada, interrogando o porquê deste espaçamento quando de tal depende, também, o rendimento daquela Empresa, inquirindo ao próprio Presidente do Executivo se está a par desta situação e se vai diligenciar junto à Tratolixo.

O senhor Pedro Machado (C.D.U.) informa que a passadeira elevada (lomba) a que se havia referido na anterior Sessão continua por pintar, perguntando ao Executivo o que foi feito nesse sentido; referindo-se à apresentação de um livro publicado pela Escola E.B.1 desta localidade, lamenta de não haver sido informado de tal acto por parte desta Junta de Freguesia.

O senhor Paulo Póvoa (P.S.D.) pergunta por sua vez se foi feita alguma diligência sobre a qualidade das águas dos chafarizes da Asseiceira Pequena – situação levantada já em reunião da Associação de Melhoramentos, Cultura e Desporto daquele lugar –; alerta também para o facto de se encontrarem soltas algumas pedras da calçada perto da E.B. 2,3, sendo que os automóveis ao estacionarem ali fazem por vezes saltar pequenas pedras que poderão ferir as crianças. Pergunta ainda se já foi feito algo sobre os deslizamentos de terras na estrada principal.

Passada a palavra ao Presidente do Executivo, senhor Victor Rodrigues, este responde à questão levantada pelo senhor Jorge Jesus (C.D.S./P.P.) quanto à vitrina da antiga papelaria informando que já foram colocadas tábuas por dentro da montra, e comunicada a situação à Protecção Civil Municipal; lembra-o de que, do que tem sido solicitado, tem sido feito, nomeadamente a passagem de atestado de residência a um morador muito recente da Asseiceira Pequena; sobre as caminhadas, recorda que nunca se dirigiu a esta Junta com uma proposta concreta, e que nunca chegou a organizar nada; e a caminhada efectuada terá sido organizada por um grupo de jovens, tendo a Junta de Freguesia emprestado os coletes reflectorizados. Quanto aos três trabalhadores, e informando que ninguém foi despedido nos vinte anos em que preside a este Executivo, havendo apenas uma funcionária que foi convidada a sair pelo seu próprio comportamento, esclarece terem cessado os respectivos contratos e sido aberto concurso para a sua admissão, o qual se encontra a decorrer. Respondendo ao senhor José Graça (P.S.), informa estar já decidido retirara a placa em causa, o que será feito tão depressa fique pronta uma nova, a fim de que não fiquem expostos respectivos os orifícios de fixação na parede; em relação às intervenções de Setembro e Dezembro transactos, o Executivo respondeu na altura ao P.S. Quanto ao espaçamento na recolha de resíduos diferenciados, diz ter ficado surpreendido com a informação, chamando contudo a atenção para que, enquanto Deputado, no decurso daqueles dezassete dias podia, devia em termos de espírito de colaboração, ter telefonado para esta Junta de Freguesia a dar conta da situação; informa que normalmente aquela recolha e limpeza é efectuada de oito em oito dias e que, verificando-se alguma sobrecarga, voltam em menos dias. A título informativo, refere terem sido detectados roubos de ferro-velho de um contentor do ecoponto da Junta de Freguesia, e

Seafedio

que pelas duas, três horas da manhã há pessoas a procurarem comida nos caixotes de lixo.

O senhor Pedro Machado (C.D.U.) mostra-se surpreendido por a Câmara Municipal ter acedido à solicitação desta Junta de Freguesia para a implementação de passadeiras, e agora não ter tinta – ou dispor de verba – para as pintar, existindo na freguesia várias que de tal necessitam.

A solicitação da senhora Cesaltina Oliveira (P.S.), o Executivo disponibilizou a colocação de dois ou três pilaretes junto à sede da Conferência de São Vicente de Paula, substituindo com maior eficácia e dignidade as pedras colocadas junto àquela vivenda, intenção que a solicitante posteriormente agradeceu.

Tomando boa nota da ultrapassagem dos sessenta minutos previstos para o Período de Antes da Ordem do Dia, o Presidente do Executivo, senhor Victor Rodrigues, continuou a responder aos interessados; referindo-se aos chafarizes da Asseiceira Pequena, informou haver-se procedido ao desentupimento da canalização de um deles, por onde até há pouco tempo já não corria água, tendo sido recolocada a placa informando ser esta imprópria para consumo, encontrando-se já solicitadas as respectivas análises; quanto ao deslizamento de terras, informa que a Protecção Civil e a G.N.R. estiveram no local, abstendo-se o Executivo de proceder à sua remoção sem que antes o técnico responsável o expressamente autorize, a fim de não colocar em risco a estabilidade da habitação sobranceira.

Pelas 22:25, congratulando-se pela forma como decorreu a reunião da Comissão Permanente que antecedeu esta Sessão da Assembleia, nomeadamente por todos os presentes terem tomado conhecimento prévio de toda a documentação, o Presidente da Mesa, senhor Alexandre Seixas, deu início ao Período da Ordem do Dia, passando a palavra ao T.O.C., senhor Fevereiro, o qual se pronunciou brevemente sobre assuntos da sua competência; após o que foi passada a palavra à Assembleia.

O senhor José Graça (P.S.) reiterou o que já havia dito, frisando que este Plano é da competência e obrigação do Executivo, indo a sua Bancada novamente abster-se, dado ser unicamente o P.S.D. o responsável por ele.

Feita a votação da prestação de contas de 2012, estas vieram a ser aprovadas por maioria, com seis votos a favor, sete abstenções e nenhum voto contra.

Em seguida, foram distribuídos pelos membros da Assembleia os documentos relativos a modificações orçamentais e de receita – os quais, por lapso, não o haviam sido com os restantes documentos enviados por *e-mail* –, após o que se procedeu à votação desta primeira revisão do Orçamento, que veio a ser igualmente aprovada por maioria com seis votos a favor, sete abstenções e nenhum voto contra.

Dada a ausência de pedidos de esclarecimento ou outras intervenções, foi dispensada a presença do senhor Fevereiro, o qual se despediu, cumprimentando a Assembleia.

Postos à discussão os pontos seguintes (relatórios de Gestão de 2012 e de Actividades do primeiro trimestre de 2013), e na ausência de intervenções por parte dos membros da Assembleia, o senhor Presidente do Executivo refere dar com estes relatórios continuidade aos anteriores.

O senhor José Graça (P.S.) apraz-se registar fazer eco das palavras do Presidente do Executivo, lamentando que o Executivo camarário não tenha transferido mais competências para as Freguesias, permitindo-lhes fazer mais pelos respectivos Fregueses.

Apreciados aqueles relatórios, passou-se ao ponto seguinte – apreciação, discussão e votação do Regulamento dos Serviços –, sendo dada a palavra ao Executivo.

O seu Presidente, senhor Víctor Rodrigues, considera que a respectiva Nota Justificativa já contém todos os elementos pertinentes, justificando alguma morosidade na apresenta-

ção por haver-se aguardado a pronúncia da parte jurídica; por seu turno, o Presidente da Mesa da Assembleia, senhor Alexandre Seixas, resume constituir este documento a regulamentação de tudo o que é feito nesta Junta de Freguesia, estando nele incluído também o Mapa de Pessoal, pelo que se constituiu como o documento central da “coisa pública” da Freguesia.

Passada a palavra à Assembleia, o senhor José Graça (P.S.) expressa a sua preocupação perante este documento, solicitando ao senhor Presidente do Executivo que esclareça o motivo pelo qual só quatro anos depois da publicação do respectivo preceituado legal (em decreto-lei de 2009!) as Juntas de Freguesia estão a fazer este trabalho; no entanto, sempre vai dizendo valer mais tarde do que nunca, subsistindo porém a dúvida de que no próximo acto eleitoral, e dado que o número de novas freguesias (onze) será substancialmente inferior ao actual (dezassete), os quadros administrativos poderão sofrer alterações inerentes àquela redução, pelo que se deveria aguardar pela, natural e quiçá previsível, respectiva evolução.

Exemplifica, por exagero, a hipótese de haver um presidente de Junta que não goste de um trabalhador, e o coloque na respectiva Assembleia. Por outro lado, se o trabalhador tiver direito a ajudas de custo, pagas pela Junta de Freguesia – com que legitimidade é que uma Assembleia não sufragada pelos eleitores integra um funcionário da freguesia? Há que precaver situações como esta, ainda que apresentada pelo absurdo, pelo que temos o dever de discutir, acautelar, estas situações.

O senhor Presidente da Mesa refere que o que está em votação é um regulamento novo; chama por sua vez a atenção para o art.º 4.º, levando à necessidade de termos uma presença bem clara na Associação de Freguesias, para evitar que em determinados assuntos esta venha a “empurrar” competências e responsabilidades para as Juntas de Freguesia e estas para aquela, tornando-se necessário que tenhamos voz activa na Associação, pois a população vota para e nas Juntas e não para aquela Associação.

Tomando o uso da palavra, o Presidente do Executivo refere que a Associação é constituída pelos presidentes das Juntas, e que estes são votados pelos eleitores. Em termos futuros, exemplifica que em competências como por exemplo a limpeza de bermas e valetas, seria a Associação a adquirir ferramentas para utilização comum pelas Freguesias por forma a minimizar as despesas. A troca de pessoal é igualmente explicável: havendo numa Freguesia um funcionário que pode conduzir autocarros, porque não dispensá-lo para quando a Associação precisar de um, em vez de contratar um “de fora”? Contudo, manifesta-se aberto a que esta Assembleia possa retirar algum artigo, como por exemplo este mesmo (o 4.º).

O Presidente da Mesa da Assembleia, pronunciando-se agora sobre o art.º 16.º, solicita que, quando houver necessidade de contratar uma empresa “de fora”, tal seja considerado como uma “Omissão”, e como tal trazida a esta Assembleia, no que o Presidente do Executivo concorda.

Relativamente às “Omissões”, a senhora Ana Paula Moreira (P.S.D.) opina que tal deve ficar claramente explanado na redacção do art.º 16.º.

O Presidente do Executivo, senhor Vítor Rodrigues, acentua entender que “Junta de Freguesia” engloba o “Executivo” e a “Assembleia”.

O senhor José Graça (P.S.) esclarece que após a resposta do senhor Presidente do Executivo às questões por si anteriormente colocadas, não retira a estas nenhuma palavra, referindo que a nível nacional o Partido que representa nesta Assembleia é a favor de uma cada vez maior autonomização das juntas de freguesia, evitando o “chavão” desculpabilizante de dizer “Ah, não se pode fazer porque a Câmara Municipal não o permite”, lembrando o exemplo, recente, do Concelho de Lisboa, cuja reforma administrativa, traduzida em vinte e seis freguesias, a de Santa Maria Maior irá ter um orçamento superior

a oito milhões de euros, ^(*) contrariamente com o que se passa com o Concelho de Mafra, que cada vez restringe mais a cabimentação às suas juntas de freguesia, quiçá pelo endividamento (até 2045!) das contas da respectiva Câmara Municipal, repercutindo-se na incapacidade financeira e de meios disponíveis que permitam às juntas de freguesia acorrer ao necessário; acrescenta que não deverá ser possível transferir competências desta Junta de Freguesia para algo que não está sufragado e que não vai a eleições, como o que consta nos art.ºs 4.º e 15.º.

O Presidente do Executivo refere ter trazido este documento para que fosse apreciado pela Assembleia, para que esta Junta de Freguesia ficasse até final do presente mandato com as suas obrigações resolvidas; volta a apelar ao bom senso do representante do Partido Socialista, para que deixe que os assuntos da Câmara Municipal serem tratados na Assembleia Municipal.

O Presidente da Mesa da Assembleia, senhor Alexandre Seixas, após breve conferência com a senhora Ana Paula Moreira (P.S.D.), propõe uma emenda ao Regulamento ora em apreciação:

- correcção da Nota Justificativa na data de apreciação pelo Executivo (em Dezembro de 2012) pela da presente Assembleia (Abril de 2013);
- acrescentar uma ressalva que diga: "onde se lê 'Junta de Freguesia', entenda-se 'por deliberação da Assembleia de Freguesia após proposta do Executivo' – nomeadamente no que concerne aos art.ºs 4.º (n.º 2), 14.º, 15.º (n.º 2), 16.º e 17.º (n.º 2) – passando a constituir o n.º 3 do art.º 17.º.

O senhor José Graça (P.S.) chama a atenção de que as eleições são para as assembleias de freguesia – sendo destas que sairão os respectivos executivos –, e ainda para a falta de pessoal para alguns serviços; reconhece que, com a alteração proposta, o documento ficará em condições para ser votado.

O Presidente da Mesa da Assembleia entende ainda ser de acrescentar naquela Nota que "o presente documento foi aprovado pela Assembleia de Freguesia em ... [23-4-2013]"; procedendo-se à votação, o documento veio a ser aprovado por unanimidade, com treze votos a favor, nenhuma abstenção e nenhum voto contra.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou ao ponto seguinte do Período da Ordem do Dia, Actualização da Listagem do Património, congratulando-se por todas as restantes Juntas de Freguesia do concelho de Mafra estarem a seguir o exemplo da Venda do Pinheiro neste campo, e dando de seguida a palavra à Assembleia; procedendo-se à votação, o documento veio a ser aprovado por unanimidade, com treze votos a favor, nenhuma abstenção e nenhum voto contra.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou ao ponto seguinte do Período da Ordem do Dia, Actualização da Listagem do Património, congratulando-se por todas as restantes Juntas de Freguesia do concelho de Mafra estarem a seguir o exemplo da Venda do Pinheiro neste campo, e dando de seguida a palavra à Assembleia.

O senhor José Graça (P.S.) pergunta ao Executivo se existe, sim ou não, alguma parcela de terreno tida como baldio, ao que o senhor Presidente do Executivo responde que o facto de inexistir actualmente nesta Freguesia qualquer Associação de Compartes, levou a que esta J.F. tenha vindo a assumir a administração destas parcelas, ora tidas e registadas no respectivo Inventário, passando a ser parte do património desta Junta; o senhor José Graça questiona então se, depois deste trabalho, por várias vezes referido por este Executivo, ter sido feito com recurso a jurista de fora, pago por esta Junta, há alguma razão para que algumas destas parcelas, designadas por "prédios rústicos", não tenham valor patrimonial, ao que lhe foi respondido que, daqueles de que o Presidente do Executivo tem conhecimento, foram-lhes atribuídos pelas Finanças novos valores patrimoniais.

(*) digo: cinco milhões de euros.

~~XXXX~~
Luzes

Insistindo, o senhor José Graça questionou depois como terá o antigo edifício desta Junta de Freguesia escapado à fiscalização das Finanças, dado não ter valor patrimonial atribuído, ao que o interpelado ficou de responder posteriormente, por escrito.

Retomando o uso da palavra, o senhor José Graça recorda que em 2011 a bancada do P.S. colocou por escrito uma pergunta ao Executivo, sobre quais os protocolos que existiam nesta Junta de Freguesia, tendo-lhe sido respondido existirem dois: um com a Reinserção Social e outro com o Instituto de Formação Profissional, solicitando explicação sobre a utilização de um prédio rústico com valor patrimonial “zero”, se de facto há ou não protocolo com a entidade que o está a utilizar.

O Presidente do Executivo recorda que este órgão mandou fazer um levantamento, para que a Câmara Municipal construísse as Lavandaria e Cozinha da Santa Casa da Misericórdia da Venda do Pinheiro; quanto ao resto, volta a informar que será dada resposta por escrito. Prossegue, informando que hoje mesmo o Executivo foi contactado pelo Agrupamento E.B. 2,3 dando conta de que se encontrariam à porta dois camiões carregados com betão, sendo que a empresa só debitava a mão-de-obra, sendo dado conselho no sentido de declinarem tal oferecimento, dado poder tratar-se de massa roubada.

O Presidente da Mesa da Assembleia encerra o Período da Ordem do Dia, pondo à consideração desta voltar a dar a palavra ao público, dado encontrarem-se agora presentes novos elementos que manifestaram o seu interesse nesse sentido, ao que os membros da Assembleia não se opuseram.

Assim, tomou a palavra o senhor Carlos Nunes, referindo que a audição dos textos e comunicações feitas pelos membros da Assembleia sobre a Revolução do 25 de Abril faz apelo às nossas memórias; relata a sua vivência daquele dia e dos ideais democráticos, apelando agora aos presentes para que tenham uma memória mais viva do que tem sido a realidade dos últimos trinta e nove anos.

O senhor José Seixas informa que, residindo na actual Freguesia de Santo Estevão das Galés, tornar-se-á em breve freguês desta, pelo que pergunta ao Executivo se já houve alguma conversação com o Presidente do Executivo da Junta da sua actual Freguesia, e se já começaram a elencar os problemas existentes; refere ser utilizador assíduo da estrada até ao Alto da Urzeira, que diz parecer “um campo de minas”, interrogando-se se, em ano de eleições, estará prevista a sua reparação.

A senhora Eva Henriques informa residir na Avenida 9 de Julho, desta localidade, e queixa-se de que o passeio frente à sua casa se encontra partido – tendo já causado a queda de duas pessoas –, o que terá já comunicado por escrito a esta Junta de Freguesia, perguntando agora se é possível o seu arranjo.


O senhor Presidente da Mesa da Assembleia valoriza a primeira intervenção, mas esclarece tratarem-se de declarações sectoriais, de partidos políticos.

O senhor Presidente do Executivo responde, dizendo não se recordar de ter recebido qualquer comunicação escrita sobre o mau-estado do passeio da Avenida 9 de Julho, embora a reparação deste se encontre já contemplada, encontrando-se encomendados a uma empresa do ramo mosaicos o mais semelhantes possível aos existentes para o seu condigno arranjo. Sobre a estrada da Asseiceira Pequena, informa já terem sido tapados alguns buracos, estando a intervenção da Junta de Freguesia, tratando-se de uma estrada camarária, limitada precisamente à solicitação de algumas massas e a ir tapando alguns buracos. Referindo-se em concreto ao sítio do Alto da Urzeira, manifesta a tristeza desta Junta de Freguesia por constatar que todas as noites vem um camião descarregar lixo junto aos contentores ali existentes. Entende não ter que se antecipar a reunir com o senhor Presidente do Executivo da Junta de Freguesia de Santo Estevão das Galés, mas tão só ao levantamento do que foi feito na actual Freguesia da Venda do Pinheiro – para


o que, aliás, já foi proposto o agendamento até final do seu mandato de uma Sessão Extraordinária desta Assembleia.

Não sendo levantado nenhum outro assunto, e nada mais havendo a tratar, pelas 23:50 o senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão, desejando as boas-noites.

Lida e aprovada na 16ª Sessão Ordinária desta Assembleia, aos nove de Setembro de dois mil e treze, vai a presente Acta assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e pelo seu 1º Secretário, que a lavrou.


Alexandre Seixas, Presidente

Pela Mesa da Assembleia,


Frederico Pedrosa, 1º Secretário



Venda do Pinheiro, 23 de Abril de 2013

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia da Venda do Pinheiro
Sr. Dr. Alexandre Seixas

Eu Carlos Pedro Varelas Paiva, eleito na Assembleia a que V. Exa. preside, na Lista do Partido Socialista, no pleno gozo das minhas funções, nos termos do Regimento em vigor, do articulado no artigo 78º da Lei 169/99 e demais legislação em vigor, venho solicitar a suspensão do meu presente mandato por um período de 31 dias, com início no dia 23 do corrente mês, inclusive.

Este meu pedido torna-se necessário por ir estar fora da área geográfica desta Autarquia durante o período que abrange o dia agora solicitado.

Agradeço, assim, que o Sr. Presidente proceda ao devido encaminhamento processual deste meu pedido e, entretanto, apresento os meus cordiais cumprimentos.

25 ABRIL

Depois de amanhã passaram 39 anos sobre a Revolução do 25 de Abril.

Após um golpe militar que, embora com características manifestamente progressistas, enfermava na sua génese de algumas indecisões e indefinições, o Povo saiu á rua e tomou nas suas mãos as profundas transformações sociais, económicas e políticas que alteraram de uma forma marcante o nosso País.

Foi a época da conquista de direitos que há muito nos eram negados, do fim de uma guerra injusta que trazia o sofrimento e o luto a milhares de famílias de ambos os lados, mas foi também a altura em que o povo, por esse país fora, se juntou e que, nas sua horas de descanso, com o seu trabalho e o seu esforço construiu escolas, lares para a 3ª idade, abriu estradas e levou ás suas aldeias, por mais longínquas que fossem, a água ou o saneamento básico.

Sim! É verdade! Foi assim que aconteceu.

Este povo que nos querem, agora, fazer crer que não gosta de trabalhar e que não tem capacidade para tomar decisões, quando acredita no futuro é capaz de realizar coisas maravilhosas.

É evidente que uma tal dinâmica não interessava aos poderosos e cedo começou a conspirar contra os valores de Abril e contra os interesses do nosso país.

Os sucessivos governos dos últimos 30 anos foram os protagonistas dessa conspiração promovendo a pouco e pouco o regresso do grande capital, ao mesmo tempo que iam criando as condições para a desmobilização do povo, afastando-o cada vez mais das decisões políticas.

Esta política de destruição da nossa economia revestiu-se das várias formas.

Começa com os incentivos á destruição da nossa força produtiva: dava-se dinheiro para abandonar os campos, para abater barcos de pesca, para destruir a nossa marinha mercante, ao mesmo tempo que se criavam todas as facilidades para se encerrarem industrias.

Continua com a uma adesão ao euro perfeitamente desastrosa, que teve como base uma taxa cambial tão ruinosa para nosso País que desde então praticamente não houve qualquer crescimento económico.

Prosseguiu com uma política de investimento público virado para a expansão do betão em vez de se investir no aumento da produção nacional.

E a quem serviu esta política? Aos grandes grupos financeiros, as grandes construtoras, ao grande capital.

Os responsáveis por estas políticas têm nome, têm rosto. Todos sabemos quem são.

Destruíram a nossa economia. Destruíram o nosso país.

É evidente que com tais políticas o resultado só poderia ser o que foi: empurrar o país para uma situação de dependência do exterior para que se pudesse dar a machadada final no Portugal de Abril. E não se olha a meios para atingir tal fim:

A destruição da nossa economia atinge proporções nunca antes vistas;

Os ataques aos direitos do povo são de uma violência nunca antes imaginada e surgem então uns arautos a defenderem que é necessária a redefinição do estado.

Tem de haver menos Estado dizem eles.

Mas que menos estado querem? No fundo redefinição do estado e menos estado significa, para eles, menos direitos para quem trabalha, menos saúde, menos educação, menos apoios sociais.

Em troca oferecem-nos mais caridade e reforçam a sopa dos pobres.

Por outro lado canalizam cada vez mais dinheiro para os bancos, para as PPP'S e para as rendas às grandes empresas. Para isto o estado está bem! Para o povo o estado tem que ser diminuído.

É uma política que tira a quem pouco tem para dar a que já tem tudo.

A ganancia da alta finança não tem limites e o governo está ao seu serviço não se coibindo de, para isso, destruir o nosso país.

Se isto não é uma traição ao nosso povo o que é então?

Vivemos assim um momento extremamente grave para o nosso país e para o nosso povo. Estamos a ser empurrados para o abismo e querem-nos fazer acreditar que não temos outra alternativa senão atirarmo-nos de cabeça.

Parece que não temos saída, mas nós sabemos que, tal como noutros momentos, da nossa história, o nosso povo conseguirá inverter este rumo.

Foi o povo que em 1383, contra os interesses da nobreza correu com a regencia ao serviço dos Castelhanos e pôs no trono D. João I.

Foi o povo que em 1640 uma vez mais, ignorando uma nobreza caduca pôs fim ao domínio espanhol.

Foi ainda o povo que há 200 anos resistiu, primeiro, aos franceses que tinham sido recebidos de braços abertos por uma burguesia endinheirada e que mais tarde correu com os ingleses do nosso país e exigiu que o Rei deixasse o bem-bom do Brasil e regressasse a Portugal.

Será também este povo que perante a destruição do nosso país e as dificuldades crescentes que terá que enfrentar, um destes dias gritará bem alto BASTA! e uma vez mais tomará nas suas mãos as transformações necessárias á nossa pátria.

E é com esta profunda convicção que no próximo dia 25 de Abril estaremos na rua a festejar a revolução de há 39 anos, mas também a lutar por um Portugal mais próspero e mais justo.

VIVA O 25 DE ABRIL

VIVA PORTUGAL

CDU Venda do Pinheiro

23/04/2013

